



PORTUGAL

20. INTERREGNO II

Em 1932, Pessoa escreve um ensaio contra a ditadura de Salazar.

Carlos Calvet.
Locomotivas. 1956.



«A sua simplicidade dura e fria pareceu qualquer coisa de brônzeo e de fundamental.»

Interregno

O prestígio de Salazar não se deriva da sua obra financeira, tanto porque, sendo essa obra uma obra de especialidade, o público não tem competência, nem pretende ter competência, para a compreender, como porque o acolhimento calorosamente favorável, que essa obra teve, denotava já um prestígio anterior. O prestígio de Salazar nasceu vagamente da sugestão do seu prestígio universitário e particular, mas firmou-se junto do público, logo desde as suas primeiras frases como ministro, e as suas primeiras ações como administrador, por um fenómeno psíquico simples de compreender.

Todo prestígio consiste na posse, pelo prestigiado, de qualidades que o prestigiador não tem e se sente incapaz de ter. O povo português é essencialmente descontínuo na vontade e retórico na expressão: não há coisa portuguesa que seja levada avante com firmeza e persistência; não há texto genuinamente português que não diga em vinte palavras o que se pode dizer em cinco, nem deixe de incoerir e romantizar a frase. Logo desde o princípio, Salazar marcou, e depois acentuou, uma firmeza de propósito e uma continuidade de execução de um plano; logo desde o princípio falou claro, sóbrio, rígido, sem retórica nem vago. O seu prestígio reside nessa formidável impressão de diferença do vulgo português.

No meio de um povo de incoerentes, de verbosos, de maledicentes por impotência e espirituosos por falta de assunto intelectual, o lente de Coimbra (Santo Deus!, de Coimbra!) marcou como se tivesse caído de uma Inglaterra astral. Depois dos Afonsos Costas, dos Cunhas Leais, de toda a eloquência parlamentar sem ontem nem amanhã na inteligência nem na vontade, a sua simplicidade dura e fria pareceu qualquer coisa de brônzeo e de fundamental. Se o é deveras, e se a obra completa o que a intenção formou, são já assuntos de especialidade, e sobre os quais nem o público, que deles nada sabe, nem eu, que sei tanto como o público, poderemos falar com razão ou proveito.

De este prestígio resulta o contraste com Afonso Costa. Quando este apresentou, em 1912 (?), o seu *superavit*, foi recebido à gargalhada pelo público, e os seus próprios partidários tiveram de fazer esforços sobre si mesmos para ter fé na obra, como a tinham no homem. Quando Salazar apresentou o *superavit*, todo o grande público imediatamente o aceitou. Não foi pois o *superavit*, comum aos dois que provocou o prestígio: o prestígio de um, o não prestígio de outro, eram anteriores ao espectáculo financeiro.

s. d.

Da República (1910 — 1935) . Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão). Lisboa: Ática, 1979: 129.